
E

DITORIAL

O interesse pelo tema da religião não tem, felizmente, uma única porta de entrada. Este número busca explorar algumas das portas menos usuais, mas que enviam o leitor a questões políticas e sociais amplamente debatidas atualmente. Assim, trataremos da religião através de três entradas: as relações com a noção de etnicidade; as transformações do campo religioso brasileiro e as formas de analisá-lo; e certas modalidades de objetivação religiosa da propriedade, da alma e de novas tecnologias.

Com efeito, dissemina-se pouco a pouco nos estudos sobre religiões no Brasil um enfoque que destaca um campo de relações com e através da etnicidade. Religião, cultura e etnicidade se apresentam como noções entrelaçadas, e dão lugar a novos objetos de conhecimento sócio-antropológicos. Três artigos neste número atribuem um lugar central a percepções étnicas e culturais dos seus atores e seus sentidos religiosos. O artigo de Véronique Boyer explora etnograficamente as relações entre festas religiosas e um campo complexo e contraditório de identidades historicamente elaboradas como branca, negra e ameríndia em Marzagão Velho, no Amapá. Os sentidos atribuídos às festas religiosas e as relações destas com os grupos sociais em presença impossibilitam, como destaca a autora, a emergência de uma identidade étnica local unificada. Um processo político de emergência étnica em que uma categoria religiosa, até então relacionada aos cultos afro-brasileiros, ganha uma especial importância é analisado por Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque. O seu artigo discorre sobre a reinvenção da tradição indígena Kapinawá, através do ritual do Toré, relacionado a uma noção nativa de autoria. Situado entre estes dois artigos temos uma discussão sobre feitiçaria, no artigo de Luena Nunes Pereira, em um contexto em que grupos étnicos encontram-se envolvidos em situações de guerra

e de instabilidade em fronteiras locais e nacionais. As acusações de feitiçaria que incidem sobre crianças Bakongo ganham em inteligibilidade quando se destaca a agência do Estado, ONGs e igrejas num quadro de destruição, de mortes e de esfacelamento das relações familiares.

O campo religioso é objeto de dois artigos neste número. Emerson Giumbelli analisa as formas através das quais o Estado foi legitimando a presença do religioso no espaço público brasileiro, por meio das relações que estabeleceu com seus diferentes públicos em momentos históricos precisos. Ao privilegiar as relações que se constituíram entre o Estado e as religiões, o autor demonstra o quanto estas implicaram em modalidades específicas de reconhecimento, que modularam e modulam os sentidos da laicidade no Brasil. O campo religioso brasileiro é, no artigo de Leonildo Silveira Campos, revisitado a partir das questões conceituais e epistemológicas postas pelos ensaios críticos de Rubem Alves sobre o protestantismo brasileiro. As transformações que este vem sofrendo permitiram ao autor discutir questões epistemológicas importantes relativas à análise dos fenômenos religiosos no Brasil.

No terceiro bloco, a temática da pessoa apresenta-se nos trabalhos de Naara Luna, Joaquin Algranti e José Renato de Carvalho Baptista. Com uma particularidade relevante: todos os três analisam relações pouco exploradas nas cosmologias que abordam: a propriedade no candomblé, o embrião humano e a alma entre neopentecostais. O fio que atravessa e aproxima estes artigos entre si pode ser aquele das relações que os sujeitos religiosos estabelecem com certos objetos: entre o humano e o não-humano no caso dos embriões; entre o espírito e o corpo no caso neopentecostal e, finalmente, entre o individual e o coletivo através da noção de propriedade para os membros dos terreiros de candomblé.